

ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ.//

Aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às onze horas, no Palácio Petrônio Portella, sede da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, presentes os senhores deputados: Ana Paula, Doutor Gil Carlos, Doutor Hélio, Doutor Thales Coelho, Doutor Vinícius, Elisângela Moura, Evaldo Gomes, Fábio Novo, Francisco Limma, Franzé Silva, Gessivaldo Isaías, Gracinha Mão Santa, Gustavo Neiva, Hélio Isaías, Helio Rodrigues, Henrique Pires, João Mádison, Marden Menezes, Rubens Vieira, Severo Eulálio, Tiago Vasconcelos, Warton Lacerda, Wilson Brandão, Ziza Carvalho; ausentes os senhores deputados: Aldo Gil, Bárbara do Firmino, Doutor Felipe Sampaio, Georgiano Neto; e justificadas as ausências dos senhores deputados: Doutor Marcus Kalume e Oliveira Neto; realizou-se a **CENTÉSIMA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ**, presidida pelo senhor deputado Francisco Limma e secretariada pelos senhores deputados Wilson Brandão e Doutor Thales Coelho. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Constatou-se a leitura da ata da sessão anterior, que foi aprovada sem retificação, além das seguintes matérias: **1 (UM) PROJETO DE LEI ORDINÁRIA de nº 357/25**, de autoria do senhor deputado Tiago Vasconcelos, que “Reconhece de Utilidade Pública o Instituto Águia RH Prestação de Serviços, com sede na cidade de Teresina, Piauí”; e **4 (QUATRO) REQUERIMENTOS** aprovados: **um**, de autoria dos senhores **deputados Francisco Limma e Elisângela Moura**, o qual solicita a realização de audiência pública perante a Comissão de Direitos Humanos, Juventude, Minorias e Igualdade Racial, para que sejam debatidos os casos de trabalho análogo a escravo no Estado do Piauí, bem como discutir soluções integradas de políticas públicas na busca pela prevenção, combate e punição; **um**, de autoria do senhor **deputado Francisco Limma**, o qual solicita à Secretaria de Educação a construção de uma Quadra Poliesportiva no CETI Adamir Leal, localizado em Teresina; **um**, de autoria do senhor **deputado Rubens Vieira**, o qual solicita ao Poder Executivo e à Secretaria de Estado da Defesa Civil e ao Secretário de Estado do Planejamento, solicitando a elaboração e implementação de Plano Social específico destinado às famílias residentes na região do Piscinão, no município de Parnaíba, contemplando medidas preventivas, emergenciais e de proteção social, incluindo a possibilidade de concessão

de aluguel social às famílias diretamente afetadas ou em situação de vulnerabilidade social, em razão das intervenções estruturais previstas para a área; **e um**, Ato da Mesa de nº 1.325/2025, que nomeia os membros efetivos e suplentes da Comissão Representativa que funcionará durante o recesso parlamentar. **Membros titulares:** Severo Eulálio; Wilson Brandão; Doutor Vinícius; Evaldo Gomes; Doutor Hélio; Henrique Pires; Gessivaldo Isaías; Francisco Limma; Aldo Gil; e Franzé Silva. **Membros suplentes:** Doutor Thales Coelho; Gustavo Neiva; Rubens Vieira; Marden Menezes; e Hélio Isaías; **1 (UM) REQUERIMENTO** lido, de autoria da senhora **deputada Gracinha Mão Santa**, o qual solicita ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Trânsito as providências para a execução dos serviços de drenagem de águas pluviais com a expansão e a construção de nova galeria subterrânea sob a Avenida Pinheiro Machado e o início da Avenida 3 de Maio, na cidade de Parnaíba; **e 1 (UM) REQUERIMENTO** autorizado, de acordo com o art. 160, XIV, do Regimento Interno, de autoria do senhor **deputado Doutor Marcus Vinícius Kalume**, o qual solicita voto de pesar pelo falecimento da senhora Maria Natividade Monteiro da Silva, ocorrido na cidade Floriano, Piauí; **ORDEM DO DIA. Aprovado**, em redação final, pela maioria dos presentes, o **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR: de nº 14/25**, do Poder Executivo, processo AL-42.665/25, que “Altera a Lei Complementar nº 40, de 14 de julho de 2004, que dispõe sobre o plano de custeio do regime próprio de previdência social dos servidores públicos, ativos e inativos, e dos pensionistas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, e a Lei nº 4.051, de 21 de maio de 1986, que regula o regime de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado do Piauí e sua administração”, com emenda. **Aprovado**, em redação final, pela maioria dos presentes, o **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA: de nº 46/25**, do Poder Executivo, processo AL-39.875/25, que “Dispõe sobre o Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Piauí – STRIP/PI, e revoga a Lei nº 8.562, de 7 de janeiro de 2025”, com emenda. **Aprovados** em primeira discussão e votação nominal, pela maioria dos presentes, os **PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR DO GOVERNO: de nº 13/25**, processo AL-42.666/25, que “Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 315, de 06 de junho de 2025”; **e de nº 15/25**, processo AL-42.895/25, que “Altera a Lei Complementar nº 62, de 26 de dezembro de 2005; a Lei nº 4.261, de 1º de fevereiro de 1989; a Lei nº 4.548, de 29 de dezembro de 1992; a Lei nº 6.949, de 11 de janeiro de 2017; e institui a contribuição destinada ao Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Logística do Estado do Piauí – FDI/PI”. **Aprovados** em primeira discussão e votação, pela maioria dos presentes, os **PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA: de nº 101/25**, do Poder Executivo, processo AL-41.767/25,

que “Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2026”, com emenda; **de nº 102/25**, do Poder Executivo, processo AL-42.674/25, que “Altera a Lei nº 8.754, de 16 de julho de 2025, que estabelece as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026”; **de nº 109/25**, do Poder Executivo, processo AL-42.671/25, que “Altera a Lei nº 8.253, de 20 de dezembro de 2023, que institui o Plano Plurianual – PPA – para o quadriênio 2024-2027”; **de nº 110/25**, do Poder Executivo, processo AL-42.672/25, que “Restabelece a vigência da Lei nº 7.303, de 20 de dezembro de 2019, revogada pelo art. 8º da Lei nº 8.730, de 18 de junho de 2025”; **de nº 114/25**, do Poder Executivo, processo AL-42.896/25, que “Dispõe sobre mecanismo de distribuição do IBS às Prefeituras Municipais segundo os mandamentos constitucionais”; **de nº 121/25**, do Poder Executivo, processo AL-42.670/25, que “Altera a Lei nº 7.375, de 11 de maio de 2020, que institui o Fundo do Trabalho do Estado do Piauí – FET/PI e o Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda – CETER, e a Lei nº 8.550, de 18 de dezembro de 2024, que institui o Programa Estadual de Qualificação Profissional ‘Qualifica Piauí’, para substituir referências à Secretaria da Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos pela Secretaria do Trabalho e Emprego e modificar a forma de pagamento da bolsa prevista no art. 10 da Lei nº 8.550/24”; **de nº 127/25**, do Poder Executivo, processo AL-42.673/25, que “Autoriza o Poder Executivo a ceder, onerosamente e em caráter definitivo, direitos originados de créditos tributários e não tributários, inscritos ou não em dívida ativa, à pessoa jurídica de direito privado ou a fundos de investimento regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários, nos termos do art. 39-A da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964”; **de nº 137/25**, do Poder Executivo, processo AL-42.860/25, que “Altera os arts. 51 e 52 da Lei nº 8.754, de 16 de julho de 2025, que estabelece as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2026, para adequá-lo à Emenda Constitucional nº 72, de dezembro de 2025, que modificou o art. 179-B da Constituição do Estado do Piauí”; **e de nº 313/25**, do Ministério Público do Estado do Piauí, processo AL-42.354/25, que “Altera o Anexo II da Lei nº 6.237, de 05 de julho de 2012, criando quatro cargos de provimento em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça, bem como extinguindo dois cargos de Assessor de Procurador de Justiça”. **Aprovados**, em discussão única e votação secreta, os **PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO de nº 107/26 e nº 108/26**, de autoria do senhor deputado Franzé Silva, respectivamente, que “Dispõe sobre a concessão de Título de Cidadão Piauiense ao Senhor Giuseppe Serra Seca Vieira”; e que “Dispõe sobre a concessão de Título de Cidadão Piauiense ao Senhor Bruno Cravo Alves”. **Os quantitativos de votos SIM, NÃO e ABSTENÇÃO** das votações estão anexados nos dados da presente sessão, constantes no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo. **Em ato**

contínuo, o senhor presidente solicitou ao primeiro secretário, deputado Wilson Brandão, a leitura do relatório final de atividades realizadas na 3ª sessão legislativa no período de janeiro a dezembro de 2025. **PEQUENOS AVISOS.** Os senhores deputados Fabio Novo, Henrique Pires, Francisco Limma e Tiago Vasconcelos parabenizaram o senhor presidente, deputado Severo Eulálio, e os membros da Mesa Diretora pela condução dos trabalhos no legislativo, bem como prestaram conta de suas ações parlamentares. **Em ato contínuo**, o senhor presidente agradeceu a seus pares. **GRANDE EXPEDIENTE.** Não houve orador. **Com anuência** do Plenário, o senhor presidente convocou uma sessão extraordinária para apreciar matérias constantes na Ordem do Dia em segunda discussão e votação. **E nada mais havendo a tratar**, o senhor presidente encerrou a sessão, da qual, para constar, foi redigida e digitada a presente ata pelo setor de Redação de Atas, que, depois de lida, achada conforme, aprovada pelo Plenário, é inserida no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL) e arquivada pela Coordenação de Registros Legislativos.//